

Incentivos e tributos 2021

Reino dos Países Baixos

INVEST IN
Holland



Janeiro de 2021

Estimular o Investimento Estrangeiro e o Empreendedorismo



Índice

Introdução	4
Características Atraentes	4
Taxa competitiva de imposto de renda corporativa	5
Caixa de Inovação: taxa tributária efetiva de 9%.	5
Isenção de Participação: incentivo para estabelecimento de matriz europeia	6
Regime da Integração Fiscal: declarações consolidadas de imposto de renda	6
Perdas: compensação retroativa por um ano e prejuízo a transportar por seis anos	6
Prática de Convenções Tributárias: certeza antecipada	7
Definição de preços de transferência: princípio da plena concorrência (arm's length)	7
Dedução de impostos relacionados às atividades de P&D (WBSO): incentivo para investimentos em P&D	7
MIA e Vamil: esquemas de redução da carga tributária para investimentos ambientalmente corretos	8
Incentivo Fiscal para Investimento em Energia (EIA): programa de redução da carga tributária para energia sustentável	8
Benefício dos 30%: regime fiscal especial para expatriados	9
Ampla rede de convenções tributárias: a fim de evitar bitributação	9
Reduções de tarifas de impostos baseadas em convenções	10
Mecanismo da cobrança reversa do VAT na importação: vantagens ao fluxo de caixa	10
Autoridades Fiscais Holandesas: acesso fácil ao inspetor fiscal	11
Autoridades Aduaneiras Holandesas: abordagem prática e pró-ativa	11

Introdução

Com uma alíquota competitiva de imposto de renda de pessoa jurídica na Europa - 15% sobre os primeiros €245.000 e 25% para lucros tributáveis superiores a €245.000 - bem como uma série de programas atraentes de incentivos, o Reino dos Países Baixos oferece um ambiente fiscal favorável para empresas internacionais. Os Países Baixos oferecem uma ampla rede de tratados fiscais, medidas especiais para expatriados altamente qualificados e certeza antecipada das futuras posições fiscais - são apenas alguns dos recursos que ajudam as empresas multinacionais a terem sucesso no Reino dos Países Baixos.

Características atraentes

- Alíquotas relativamente baixas para imposto de renda para pessoas jurídicas de 25% (15% para os primeiros €245.000)
- Caixa de Inovação resultando em uma taxa efetiva de imposto de renda corporativo de 9% para lucros qualificados
- O regime da isenção de participação, faz com que todos os benefícios relacionados à composição acionária qualificada sejam isentos de imposto de renda corporativa, de modo a evitar bitributação
- O regime de integração fiscal oferece consolidação tributária de empresas dentro de um mesmo grupo empresarial
- Compensação retroativa de perdas por um ano e prejuízo a transportar por seis anos
- Acordos Fiscais Antecipados (ATR - Advance Tax Rulings) das Autoridades Fiscais Holandesas que asseguram a situação fiscal futura
- Prática de preços de transferência de acordo com as Diretrizes de Preços de Transferência da OCDE e a possibilidade de obter um Acordo de Preços Antecipado (APA - Advance Pricing Agreement)
- Crédito fiscal de P&D para despesas com salários de P&D qualificados e outras despesas e investimentos de pesquisa e desenvolvimento (WBSO)
- Esquemas de redução da carga tributária para investimentos ambientalmente corretos (MIA/Vamil)
- Incentivo fiscal para Investimento em Energia (EIA - Energy Investment Allowance)
- Tratamento fiscal especial sobre salários de expatriados (Benefício dos 30%)
- Ampla rede de tratados fiscais para evitar bitributação e reduzir os impostos retidos na fonte sobre dividendos, juros e royalties (para juros e royalties, frequentemente até 0%)
- Nenhum imposto retido na fonte sobre juros de saída e pagamentos de royalties
- Diferimento do VAT na importação: nenhum pagamento efetivo do VAT
- Autoridades Fiscais Holandesas: acesso fácil ao inspetor fiscal
- Autoridades Aduaneiras Holandesas: abordagem prática e proativa

Taxa competitiva de imposto de renda corporativa

O imposto de renda de pessoa jurídica é cobrado nas alíquotas a seguir (2021):

- €0 - €245,000: 15%
- €245.000 ou mais: 25%

Uma alíquota especial adicional pode ser selecionada para o lucro gerado (patenteado) por recursos intangíveis (Caixa de Inovação). Vide o próximo parágrafo.

Caixa de Inovação: taxa tributária efetiva de 9%

- As empresas podem se beneficiar de uma alíquota de imposto efetiva de 9% para lucros derivados de ativos intangíveis desenvolvidos por conta própria para os quais uma declaração de P&D foi obtida.
- A Caixa de Inovação tem os seguintes recursos relevantes:
 - Para se qualificar para a Caixa de Inovação, as empresas exigem uma declaração de P&D. Além disso, empresas de grande porte exigem patentes, licenças exclusivas, programas de software, direitos de criadores de plantas ou certificações farmacêuticas para se qualificar.
 - Existe uma restrição quanto ao nível de receita que pode ser alocado na Caixa de Inovação. Um dado relevante é se as atividades de P&D serão ou não realizadas internamente e como os custos de P&D serão rateados entre as partes relacionadas. Isso implica que quanto mais atividades de P&D são terceirizadas para partes relacionadas, menos lucros podem ser alocados aos ativos intangíveis resultantes de tais atividades de P&D.
 - Os custos de desenvolvimento de ativos intangíveis e as perdas na exploração de ativos intangíveis ainda podem ser deduzidos da alíquota geral de imposto de 25%. A taxa efetiva de 9% aplica-se aos lucros que excederem aos custos de desenvolvimento e às perdas incorridas.
 - A aplicação da Caixa de Inovação é opcional.

Isenção de participação: incentivo para estabelecimento de matriz

A isenção de participação, uma das disposições mais importantes da legislação holandesa que rege as regras do imposto de renda de pessoa jurídica, explica o grande número de sedes europeias no Reino dos Países Baixos. O objetivo da isenção é evitar a bitributação quando os lucros de uma subsidiária são distribuídos à sua empresa matriz.

- Sob o regime de isenção da participação, todos os benefícios que são gerados de uma participação acionária qualificada são isentos do imposto de renda corporativo nos Países Baixos. Os benefícios incluem dividendos pagos à vista, dividendos pagos em espécie, ações bonificadas, distribuições de lucros ocultos e ganhos de capital realizados com a alienação da participação acionária.
- A isenção de participação pode ser aplicável sem requisitos adicionais para participações de 5% ou mais, desde que a participação não seja considerada como um investimento de carteira (indireto).

Regime da Integração Fiscal: declarações consolidadas de imposto de renda

- Um grupo de empresas holandesas (ou de unidades permanentes de empresas estrangeiras estabelecidas nos Países Baixos) pode, mediante requerimento unificado, solicitar tratado como uma única unidade fiscal.
- Isso resulta na consolidação fiscal das atividades holandesas dentro de um grupo e na entrega de uma única declaração consolidada.
- As principais vantagens deste regime são:
 - a compensação das perdas de uma empresa contra os lucros de outra empresa dentro da unidade fiscal
 - uma transferência de ativos livre de impostos
 - a eliminação da maioria das transações entre empresas

Perdas: compensação retroativa por um ano e prejuízo a transportar por seis anos

- Tanto as empresas residentes como as não residentes têm a possibilidade de fazer uma compensação retroativa por um ano e transportar prejuízos fiscais por seis anos.
- As perdas incorridas antes de 2019 podem ser transportadas por nove anos.
- As perdas precisam ser confirmadas pelas Autoridades Fiscais Holandesas por meio de uma declaração de perdas.

Prática de Convenções Tributárias: certeza antecipada

A possibilidade da execução de um Acordo Fiscal Antecipado (ATR) ou um Acordo de Preços de Antecipado (APA) é um recurso atraente da legislação tributária holandesa. O objetivo da política holandesa de acordo fiscal é apoiar os investidores internacionais no Reino dos Países Baixos, proporcionando-lhes a possibilidade de terem antecipadamente a certeza sobre sua futura posição fiscal. As Autoridades Fiscais Holandesas contam com uma equipe dedicada da Certeza Tributária Internacional (International Tax Certainty) que opera fora de Roterdã.

- Um APA oferece a certeza antecipada da aceitabilidade fiscal do preço (precificação da transferência) que a empresa do grupo holandês paga a ou recebe de uma empresa do grupo estrangeiro para receber ou prestar serviços ou receber mercadorias.
- Um ATR é um acordo sobre a caracterização tributária de estruturas societárias internacionais, como a certeza antecipada da aplicação da isenção de participação.

Definição de preços de transferência: princípio da plena concorrência (arm's length)

- A lei de imposto corporativo holandês contém a disposição de que a negociação de preços entre empresas para bens e serviços deve se basear no princípio da livre concorrência.
- As diretrizes para a precificação entre empresas são estabelecidas baseadas em uma política abrangente baseada no princípio da livre concorrência para precificação entre empresas, conforme contido no modelo de convenção fiscal da OCDE e nas diretrizes para preços de transferência da OCDE.

Dedução de impostos relacionados às atividades de P&D (WBSO): incentivo para investimentos em P&D

- O objetivo do WBSO é fornecer às empresas um incentivo para investir em pesquisa e desenvolvimento.
- Com o WBSO, as empresas podem reduzir os custos relacionados a P&D e outros custos e despesas de P&D, como protótipos ou equipamentos de pesquisa. O benefício fiscal pode ser compensado na declaração de imposto de renda para as Autoridades Fiscais Holandesas.
- Para as empresas, a dedução do imposto sobre a folha de pagamento de P&D equivale a 40% dos primeiros €350.000 do salário de P&D e outros custos e despesas, e 16% de todos os custos e despesas adicionais de P&D. Para start-ups, a dedução fiscal para os primeiros €350.000 gastos em P&D é ainda maior (50%).
- Não há limite máximo por ano civil para cada empresa (ou entidade corporativa).

MIA e Vamil: esquemas de redução da carga tributária para investimentos ambientalmente corretos

- O esquema MIA permite que as empresas deduzam de seus lucros tributáveis até 36% adicionais do custo de um investimento qualificado ambientalmente correto. O valor do investimento deve ser de pelo menos €2.500 por ativo. O montante máximo de investimento para a concessão de dedução é de €25 milhões por ano civil.
- O modelo Vamil permite que as empresas amortizem 75% dos custos de investimento de um investimento ambientalmente correto qualificado de uma única vez. Isso gera vantagem em termos de liquidez e juros. Para os demais 25% dos custos de investimento, as empresas seguem as regras normais de amortização de investimentos.
- A Netherlands Enterprise Agency (RVO) publica uma lista anual de investimentos ambientalmente corretos qualificados para os esquemas MIA e Vamil, a chamada Lista Ambiental.

Incentivo Fiscal para Investimento em Energia (EIA): programa de redução da carga tributária para energia sustentável

- As empresas que investem em instalações que economizam energia, ou que empregam energia sustentável, podem deduzir uma determinada porcentagem da soma investida de seus lucros tributáveis do exercício quando os produtos são comprados.
- 45,5% das despesas relevantes são dedutíveis do lucro tributável do exercício em que o equipamento é adquirido.
- O valor do investimento em economia de energia deve ser de pelo menos €2.500. O montante máximo de investimento para a concessão da dedução é de €25 milhões por ano civil.
- Incentivo Fiscal para Investimento em Energia é aplicável sob certas condições como, por exemplo:
 - o investimento consta na chamada lista de Energia publicada anualmente pela agência RVO
 - refere-se a um novo ativo fixo e a submissão ocorre dentro de 3 meses após a compra
 - todo o subsídio para investimento que seja recebido para o ativo relevante deve ser deduzido dos custos de aquisição ou de produção (no entanto, não é necessário deduzir os subsídios de operação)

Benefício dos 30%: regime fiscal especial para expatriados

- O Reino dos Países Baixos tem um regime fiscal especial para expatriados, o chamado benefício dos 30%, que proporciona uma isenção significativa do imposto de renda/salário de até 30%. Isso é visto como um reembolso pelos custos extras envolvidos para morar no exterior.
- De acordo com esse recurso, o empregador pode conceder ao empregado um abono isento de impostos de até no máximo 30% de sua remuneração. A remuneração inclui formas de renda acessórias e flexíveis, como pagamentos de bônus e opções de compra de ações. Rescisão e pagamentos de pensão estão excluídos do Benefício dos 30%.
- Para se qualificar para o Benefício dos 30%, as seguintes condições devem ser atendidas:
 - o empregador deve apresentar justificativas razoáveis de que o empregado possui conhecimentos específicos que não estão disponíveis, ou são escassos no mercado de trabalho holandês, atendendo a um dos seguintes níveis mínimos de rendimento tributável:
 - salário mínimo bruto de €38.961 (não incluindo o bônus isento de impostos).
 - salário bruto mínimo de €29.616 (não incluindo o bônus isento de impostos) para os mestres (MSc) e os doutores (PhDs) com menos de 30 anos
 - não há nível mínimo de renda para cientistas e investigadores
 - o funcionário deve ser recrutado (ou designado) do exterior
 - o empregador deve ser um agente holandês de retenção de imposto de renda sobre salários
- O funcionário deve ter vivido fora de um raio de 150 km da fronteira holandesa em pelo menos 2/3 dos 24 meses anteriores ao início do vínculo empregatício nos Países Baixos.
- A isenção está disponível por um período de 5 anos (60 meses).

Ampla rede de convenções tributárias: a fim de evitar bitributação

O Reino dos Países Baixos conta com uma das redes mais extensas de convenções tributárias na UE, tendo firmado tratados com aproximadamente 100 países a fim de evitar bitributação sobre renda e capital. Caso o tratado não se aplique, os Países Baixos frequentemente oferecem redução da carga fiscal sobre bitributação de maneira unilateral. As empresas também podem se beneficiar das regras favoráveis estabelecidas pelas diretivas e legislação da União Europeia. A maioria dos acordos de bitributação negociados pelos Países Baixos relativos aos ganhos de renda e de capital seguiram os modelos publicados pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Reduções de tarifas de impostos baseadas em convenções

- O princípio básico é que os Países Baixos não cobram retenção na fonte sobre os juros de saída e pagamentos de royalties. A partir de 1o. de janeiro de 2021, um imposto de origem condicional será cobrado sobre os juros de saída e pagamentos de royalties a beneficiários afiliados em países com impostos muito baixos, países na lista da UE de jurisdições que não cooperam e em certas situações de abuso fiscal.
- Os tratados fiscais geralmente reduzem ou eliminam o imposto estrangeiro retido na fonte sobre juros ou royalties pagos a acionistas corporativos sediados nos Países Baixos. Além disso, a diretiva que rege os juros e royalties da UE elimina o imposto estrangeiro retido na fonte para royalties e juros qualificados da UE.
- A taxa de retenção na fonte sobre dividendos prevista na lei holandesa é de 15%. No entanto, os dividendos pagos aos acionistas corporativos qualificados da UE e aos acionistas corporativos em países com os quais os Países Baixos celebraram um tratado fiscal que contém uma disposição sobre dividendos estão isentos de imposto sobre dividendos.
- Os tratados fiscais geralmente reduzem ou eliminam o imposto estrangeiro retido na fonte pagos a acionistas corporativos baseados nos Países Baixos. Os dividendos pagos por entidades sediadas na UE a acionistas corporativos qualificados nos Países Baixos estão isentos de imposto sobre dividendos estrangeiros com base na Diretiva para Controladora/Controlada da UE.

Mecanismo da cobrança reversa do VAT na importação: vantagens ao fluxo de caixa

- Com base em sua posição especial de país de distribuição na UE, os Países Baixos implementaram o chamado mecanismo de cobrança reversa nas importações, que oferece um diferimento completo do VAT de importação mediante a submissão periódica do VAT.
- De acordo com a aplicação de mecanismo de auto liquidação, o VAT de importação é lançado na declaração de imposto periódica e recuperado na mesma declaração. Dessa forma, o VAT geralmente não se torna exigível.
- Para poder utilizar este procedimento, a empresa importadora precisa de uma autorização. Para obter essa autorização, uma empresa precisa estar registrada para fins de VAT nos Países Baixos como uma empresa nacional, ou como uma empresa estrangeira com um estabelecimento fixo para fins de VAT nos Países Baixos e precisa realizar importações regulares para os Países Baixos.
- Se uma empresa estrangeira não tiver estabelecimento fixo nos Países Baixos, a empresa pode optar por operar por meio de um representante fiscal para fins de VAT nos Países Baixos. Esse representante fiscal também deve obter autorização para o mecanismo de cobrança reversa para que possa ser utilizado para importação pela empresa estrangeira.

Autoridades Fiscais Holandesas: acesso fácil ao inspetor fiscal

As Autoridades Fiscais Holandesas estão cientes de como pode ser fundamental aos investidores saberem como a lei fiscal será aplicada em seus casos específicos. Portanto, as Autoridades Fiscais Holandesas procuram ser tão abertas e acessíveis quanto possível e criaram o chamado Liaison (Ponto de Contato) para Potenciais Investidores Estrangeiros. O Liaison fornece aos investidores estrangeiros a certeza antecipada sobre as consequências fiscais de grandes investimentos propostos nos Países Baixos. O inspetor fiscal da área onde a empresa está inserida estará comprometido com acordos pactuados com o Liaison. O Liaison trabalha em conjunto com a equipe de Certeza Tributária Internacional. Essa equipe estabelece Acordos de Preços Antecipados (APA) em questões de preços de transferência e ATRs e outras questões de natureza internacional.

As Autoridades Fiscais Holandesas adotam uma atitude de cooperação em relação aos contribuintes e têm como objetivo uma relação sólida com base na confiança, transparência e compreensão mútua. Para este efeito, os Países Baixos introduziram o programa voluntário denominado 'Monitoramento Horizontal'. A maior vantagem do Monitoramento Horizontal é que a certeza antecipada sobre questões tributárias é assegurada tão cedo quanto possível. Dessa forma, a necessidade de verificações é reduzida ao longo do processo e a carga administrativa é aliviada.

Autoridades Aduaneiras Holandesas: abordagem prática e pró-ativa

As mercadorias que são trazidas à União Europeia (UE) estão, desde a sua entrada, sujeitas à fiscalização aduaneira, em cumprimento aos requisitos previstos na legislação aduaneira da UE. O inspetor aduaneiro entende a importância de um parceiro governamental confiável para as empresas. No que se refere à importação e exportação de mercadorias, está aberto a consultas a fim de encontrar o regime aduaneiro mais adequado para sua empresa. As Autoridades Aduaneiras Holandesas são bem conhecidas por sua abordagem prática e proativa a fim de facilitar o comércio internacional e otimizar os procedimentos alfandegários. Esse fato serve de alicerce ao status preferencial dos Países Baixos como um país para se utilizar como base para suas operações de importação.



www.investinholland.com